

## 2.3

# Guia de Exploração dos PowerPoint®\*

\* Este guia contém a exploração dos PowerPoint® novos do projeto *Entre Tempos*.






Por considerarmos que os PowerPoint® do projeto *Um novo Tempo da História* continuam a ser pertinentes, resolvemos mantê-los, bem como o respetivo Guia de Exploração, no Manual Digital, na Escola Virtual.

## Conteúdos a desenvolver:

**Módulo 1** Raízes mediterrânicas da civilização europeia – cidade, cidadania e Império na Antiguidade Clássica

**Unidade 1** O Modelo Ateniense

**1.1.** A democracia antiga

Slides	Exploração didática
<p><b>1. Espaços e poderes públicos na Atenas democrática</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço do conceito de pólis e do papel central que a cidade assumia na Grécia Antiga.</li> <li>• Explicitação dos conceitos “poder público” e “democracia”.</li> <li>• Levantamento de questões ordenadoras:                     <ul style="list-style-type: none"> <li>– Quais eram e onde funcionavam as principais instituições da pólis ateniense?</li> <li>– Que funções lhes eram atribuídas?</li> </ul> </li> </ul>
<p><b>2. Principais espaços do poder político</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação dos principais espaços públicos de Atenas, com relevo para a Ágora, a Colina de Ares (Areópago) e a Colina da Pnyx, mais diretamente ligados à governação da cidade-estado.</li> </ul>
<p><b>3. A Ágora</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Referência à arqueologia e sua importância para o conhecimento histórico.</li> <li>• Breve informação sobre as escavações da antiga ágora de Atenas, iniciadas, de forma sistemática, em 1931, sob a direção da <i>American School of Classical Studies</i>.</li> <li>• Chamada de atenção para o lugar central ocupado pela ágora na Atenas na época clássica – recurso ao Doc. 3B do Manual.</li> </ul>
<p><b>4. A Ágora</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise da reconstituição da ágora, identificando os principais edifícios afetos à governação da cidade (assinalados).</li> <li>• Valorização do papel das <i>stoas</i> como verdadeiros edifícios “multiúso”.</li> </ul>
<p><b>5. A Ágora: os edifícios do “Governo”</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise do esquema das instituições atenienses.</li> <li>• Destaque para o papel central da Bulé no governo da cidade.</li> <li>• Leitura do Doc. 8 e explicitação sumária do sistema de trabalho da Bulé:                     <ul style="list-style-type: none"> <li>– as reuniões ordinárias decorriam no <i>Buleuterion</i> e eram públicas, embora os assistentes não tivessem direito a interferir nos trabalhos;</li> <li>– os 50 <i>buleutas</i> de cada tribo assumiam a gestão corrente durante um décimo do ano (cerca de 36 dias) – as <i>pritanias</i>.</li> <li>– a ordem de entrada em funções dos 50 <i>prítanes</i> de cada tribo era tirada à sorte;</li> <li>– durante a parte do ano que lhes cabia, os <i>prítanes</i> ficavam alojados no <i>Pritaneion</i> (<i>Tholos</i> dos <i>Prítanes</i>). Aí dormiam e tomavam as refeições;</li> <li>– cabia aos <i>prítanes</i>, entre outras funções, convocar as reuniões extraordinárias da Eclésia, convocar as reuniões do Conselho, estabelecer a ordem do dia das reuniões, receber os embaixadores e emissários estrangeiros, acusar em tribunal os estrategos que não cumpriam devidamente a sua missão.</li> <li>– os 50 <i>prítanes</i> elegiam, por tiragem à sorte, um presidente do dia – o <i>epístata</i> – que só podia exercer o cargo uma vez em cada mandato. O <i>prítane epístata</i> detinha, no dia em que exercia funções, o selo da pólis, as chaves dos templos e dos edifícios do arquivo público e do tesouro da cidade. Caso se realizassem reuniões da Eclésia ou da Bulé, o <i>epístata</i> presidia-as. Este sistema permitia a mais de 350 dos 500 <i>buleutas</i> exercerem tão curto mas prestigiado cargo.</li> </ul> </li> </ul>
<p><b>6. A Ágora: instalações militares</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relação do protagonismo dos estrategos com o método de escolha por eleição e o facto de poderem ser eleitos sucessivamente, sem limite de mandatos.</li> <li>• Leitura da pequena biografia de Péricles, inserida na pág. 33</li> <li>• Análise do excerto do discurso fúnebre”, em honra dos primeiros mortos na Guerra do Peloponeso, transcrito no Doc. 6C.</li> </ul>

<p><b>7. A Ágora: os edifícios dos arcontes</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Referência aos arcontes como magistrados prestigiados mas com pouco poder efetivo, depois das reformas democráticas (“por volta de 488/487, operam-se reformas constitucionais significativas [...]”. Os arcontes passam a ser tirados à sorte, um por tribo; o polemenco perde o comando do exército em favor dos estrategos que adquirem o primeiro plano da cena política em Atenas”, in José Ribeiro Ferreira, <i>A Democracia na Grécia Antiga</i>).</li> <li>Explicitação das diversas designações dos arcontes, que remontam ao tempo em que estes magistrados eram escolhidos dentro da aristocracia e governavam efetivamente a cidade (“Os arcontes começaram por ser três – o arconte-rei (<i>basileus</i>), que conservou as funções religiosas do tempo da monarquia, o arconte polemenco, que herdou as funções militares, e o arconte epónimo, que dava o nome ao ano e era juiz supremo. Em breve, contudo, se lhes juntaram seis <i>tesmótetas</i>, encarregados da redação das leis, e um secretário. Formavam assim um colégio de dez magistrados, eleitos anualmente [...]. As reformas de 488/487 reduziram-lhes a importância e transformaram esse órgão numa magistratura de segunda ordem”, in José Ribeiro Ferreira, <i>A Democracia na Grécia Antiga</i>).</li> <li>Associação entre os edifícios da ágora e as funções dos arcontes.</li> </ul>
<p><b>8. A Ágora: o Helieiu</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificação dos dois principais tribunais de Atenas, o Areópago e o Tribunal dos Heliastas, verdadeiro tribunal popular.</li> <li>Explicitação sumária do método de escolha dos juizes do Helieiu (ou Helieia) e das regras processuais com recurso à análise do Doc. 10.</li> <li>Realce do carácter não profissional dos juizes.</li> </ul>
<p><b>9. A Colina do Areópago</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Análise do esquema das instituições atenienses (Doc. 7) como reforço da composição e funções deste tribunal.</li> <li>Enfatização do prestígio do Areópago e do seu papel na salvaguarda da Constituição, tendo em vista a compreensão do documento inserido no slide 14.</li> <li>Chamada de atenção para o fascínio que o Mundo Antigo e em especial Atenas exerceu nos intelectuais e artistas europeus, como o demonstram as recriações apresentadas.</li> </ul>
<p><b>10. A Pnyx, local de reunião da Assembleia</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Explicação, com recurso ao esquema das instituições atenienses, da frase “verdadeira sede da democracia ateniense”.</li> <li>Observação atenta do local, tal como se encontra na atualidade, lembrando a importância dos espaços abertos na vida dos Gregos.</li> </ul>
<p><b>11. A Pnyx, local de reunião da Assembleia</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Análise da configuração do recinto, concebido para acolher um grande número de cidadãos.</li> <li>Relação entre o carácter direto da democracia ateniense e a importância da oratória. Leitura e comentário do Doc. 11.</li> </ul>
<p><b>12. A Pnyx, local de reunião da Assembleia</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Breve referência ao nascimento do teatro na Grécia (a tratar na rubrica 1.2) e a Aristófanes como expoente da sátira às fragilidades do sistema político ateniense.</li> <li>Audição e comentário do excerto transcrito com transposição para a realidade atual, encontrando semelhanças na elevada abstenção que se regista nas eleições, por exemplo.</li> </ul>
<p><b>13. A Pnyx, local de reunião da Assembleia</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Breve explicação da forma de funcionamento da Eclésia: <ul style="list-style-type: none"> <li>os <i>buleutas</i> afixam antecipadamente a ordem de trabalhos do dia;</li> <li>a reunião é presidida pelo <i>prítane epístata</i>, assistido por um secretário e um arauto;</li> <li>antes do início dos trabalhos, faz-se um sacrifício aos deuses;</li> <li>vota-se, geralmente, de mão no ar e os votos são contados “a olho”, pelo que, se a margem de aprovação ou rejeição for pequena, procede-se a nova votação.</li> </ul> </li> </ul>
<p><b>14. Lei contra a tirania</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Distinção entre a tirania e a democracia, tal como eram entendidas pelos Atenienses.</li> <li>Audição e comentário da famosa lei inscrita na estela, realçando a importância que o regime democrático revestia para os atenienses.</li> <li>Interpretação da imagem do “povo soberano” inserida no topo da estela.</li> <li>Reflexão sobre o legado político de Atenas no mundo ocidental.</li> </ul>
<p><b>15. Questões</b></p> 	<p><b>Tópicos de respostas</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Bulé; Tribunal dos Heliastas; Arcontes; Estrategos.</li> <li>Tribunal do Areópago: na colina do Areópago (ou de Ares), colina rochosa situada próximo da Ágora e da Acrópole; Eclésia: na Colina da <i>Pnyx</i> (com poucas exceções), espaço amplo situado a poucas centenas de metros da Ágora.</li> <li>Visto que competia aos cidadãos o exercício direto dos poderes públicos e a Eclésia representava o conjunto dos cidadãos atenienses.</li> </ol>









## Conteúdos a desenvolver:

**Módulo 1** Raízes Mediterrânicas da Civilização Europeia – Cidade, Cidadania e Império na Antiguidade Clássica

**Unidade 3** O espaço civilizacional greco-latino à beira da mudança

**3.1.** O império universal romano-cristão

**3.2.** Prenúncios de uma nova geografia política

Slides	Exploração didática
<p><b>1. O fim do Mundo Antigo</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação do Fórum Romano com o centro de poder do Império;</li> <li>• Esclarecimento da expressão “Mundo Antigo”.</li> <li>• Levantamento de questões ordenadoras:             <ul style="list-style-type: none"> <li>– Quais as fragilidades do Império Romano?</li> <li>– Que forças terão concorrido para o seu fim?</li> </ul> </li> </ul>
<p><b>2. Um mundo coeso e extenso</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exploração do título do slide, com recurso ao mapa e aos conhecimentos inerentes à unidade 2, nomeadamente:             <ul style="list-style-type: none"> <li>– extensão do Império a toda a bacia do Mediterrâneo;</li> <li>– romanização/integração das províncias no espaço imperial;</li> <li>– séculos correspondentes ao período da <i>pax romana</i> (c. 29 a. C – início do principado de Augusto – a 180 d. C – morte do imperador Marco Aurélio).</li> </ul> </li> </ul>
<p><b>3. Um mundo que se transforma</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Breve comentário sobre os três fatores considerados no slide.</li> <li>• Exploração dos conhecimentos dos alunos sobre o cristianismo:             <ul style="list-style-type: none"> <li>– identificação da área geográfica onde nasceu a nova fé (recurso ao mapa do slide 2).</li> </ul> </li> </ul>
<p><b>4. O cristianismo</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise do quadro comparativo, pondo em evidência o contraste entre as crenças, valores e pensamento dos cristãos e os aspetos correspondentes da civilização romana.</li> </ul>
<p><b>5. O cristianismo</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço do conteúdo dos slides anteriores sobre os primeiros séculos do cristianismo.</li> <li>• Análise da barra cronológica e do documento escrito (Docs. 2 e 3) inseridos nas págs. 128 e 129 do manual, sobre as perseguições aos cristãos.</li> </ul>
<p><b>6. O cristianismo</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação dos marcos cronológicos que balizam a transformação do Cristianismo na religião oficial do Estado romano.</li> <li>• Análise comparativa do Édito de Milão e do Édito de Tessalónica (Doc. 4), evidenciando o progressivo protagonismo da fé cristã no Império.</li> <li>• Chamada de atenção para a adaptação de símbolos e outros elementos culturais greco-latinos à nova religião (Doc. 5A).</li> </ul>
<p><b>7. O cristianismo</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Audição/leitura dos excertos das leis de repressão dos antigos cultos.</li> <li>• Análise do Doc. 5B e explicitação do papel do imperador enquanto mandatário de Deus na terra.</li> <li>• Clarificação do termo: <i>Império romano-cristão</i>.</li> </ul>
<p><b>8. A crise interna</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Breve exposição sobre a instabilidade política que marcou o século III e seus efeitos na paz e economia do império. Contraponto com os séculos da <i>pax romana</i>.</li> </ul>

<p><b>9 e 10. A crise interna</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realce para o problema da defesa das fronteiras face aos povos bárbaros, que se torna permanente.</li> <li>• Constatação dos esforços empreendidos para assegurar a defesa do Império.</li> <li>• Observação das áreas geográficas que, após 395, constituem o Império Romano do Ocidente e o Império Romano do Oriente/Império Bizantino.</li> <li>• Análise da personificação das duas capitais: <ul style="list-style-type: none"> <li>– Roma que, nesta época, perdera já o seu protagonismo político, mas se mantinha como capital cultural e símbolo do Império, está representada como Minerva, ostentando um elmo e, na mão esquerda, o globo, encimado por uma Vitória alada;</li> <li>– Constantinopla aparece como Fortuna, a deusa que vela sobre as cidades. Segura na mão esquerda a cornucópia da abundância e cinge a coroa mural, representativa das muralhas.</li> </ul> </li> </ul>
<p><b>11. As invasões bárbaras</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Observação do mapa, discriminando os diferentes povos germânicos.</li> <li>• Realce para a diferença civilizacional entre os Romanos e os Bárbaros.</li> </ul>
<p><b>12 e 13. As invasões bárbaras</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Perceção das invasões bárbaras como um processo que se arrasta no tempo, atingindo o clímax no século V.</li> <li>• Relação da turbulência dos Bárbaros no século V com a pressão desencadeada pela chegada dos Hunos.</li> <li>• Análise do Doc. 9.</li> </ul>
<p><b>14. As invasões bárbaras</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Leitura/audição do documento escrito.</li> <li>• Constatação da carga simbólica representada pelo saque de Roma.</li> <li>• Comparação entre a fonte escrita, coeva, e o documento iconográfico do século XIX.</li> <li>• Reflexão sobre a forte presença da matriz greco-latina na civilização europeia.</li> </ul>
<p><b>15. O fim da Época Clássica</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise das barras cronológicas, com destaque para os marcos temporais que delimitam a Época Clássica.</li> <li>• Explicitação dos conceitos “Época Clássica” e “civilização”.</li> </ul>
<p><b>16. Os reinos bárbaros</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Observação do mapa, contrapondo a unidade da Europa romana à divisão territorial que, desde a queda do Império, marcou a geografia política europeia.</li> <li>• Chamada de atenção para a fluidez e instabilidade das fronteiras.</li> </ul>
<p><b>17. A Europa romana e a Europa dos reinos bárbaros</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise do quadro comparativo entre o Mundo Romano no seu apogeu e os primeiros séculos da Idade Média.</li> </ul>
<p><b>18. Questões</b></p> 	<p><b>Tópicos de respostas</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Séculos III, IV e V d. C.</li> <li>2. – O triunfo do Cristianismo; <ul style="list-style-type: none"> <li>– A crise interna OU a instabilidade política do século III;</li> <li>– A invasão do Império pelos Bárbaros.</li> </ul> </li> <li>3. Idade Média.</li> </ol>

## Conteúdos a desenvolver:

**Módulo 2** O Dinamismo Civilizacional da Europa Ocidental nos séculos XII a XIV – Espaços, Poderes, Vivências





**Unidade 2** O espaço português – consolidação de um reino cristão ibérico







**2.1.** A fixação do território

**2.2.** O país rural e senhorial



**2.3.** O país urbano e concelhio

**2.4.** O poder régio, fator estruturante da coesão interna do reino

Slides	Exploração didática
<p><b>1. Portugal, um reino cristão ibérico</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Associação da imagem à afirmação de Portugal no quadro ibérico:             <ul style="list-style-type: none"> <li>– iluminura da Batalha de Aljubarrota.</li> </ul> </li> <li>• Levantamento de questões orientadoras:             <ul style="list-style-type: none"> <li>– Quais os principais momentos da autonomização e independência de Portugal?</li> <li>– Quem se destacou nesse processo?</li> <li>– Em que ano terminou a Reconquista portuguesa? Em que reinado?</li> <li>– Que tratado estabeleceu as fronteiras definitivas de Portugal? Em que reinado?</li> <li>– Como se constituíram os senhorios no território de Portugal?</li> <li>– Que direitos, privilégios e poderes possuíam os detentores de senhorios?</li> <li>– Como era feita a sua exploração económica?</li> <li>– Como se constituíram os concelhos perfeitos ou urbanos? Onde se localizavam e porquê?</li> <li>– Como estava organizada a sociedade e a administração concelhia? Quem eram e como se afirmaram as elites políticas urbanas?</li> <li>– Que fatores contribuíram para o renascimento urbano do território português?</li> <li>– Que características apresentavam as cidades medievais portuguesas?</li> <li>– Quem era considerado o único senhor feudal no Portugal medieval? Porquê?</li> <li>– Que medidas foram tomadas pela Coroa para travar os abusos do poder senhorial?</li> <li>– Que monarcas se destacaram na afirmação de Portugal no quadro político ibérico, nos séculos XIII e XIV?</li> <li>– Por que razão a Batalha de Aljubarrota constitui um símbolo da afirmação de Portugal no quadro político ibérico?</li> </ul> </li> </ul>
<p><b>2. A fixação do território</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alusão aos principais momentos de <b>autonomização</b> e <b>independência</b> do <b>Reino de Portugal</b>.</li> <li>• Reconhecimento da ação decisiva de <b>D. Afonso Henriques</b> no processo de autonomização e independência de Portugal.</li> <li>• Análise dos mapas da evolução das fronteiras portuguesas durante a Reconquista para constatação dos avanços e recuos na definição das fronteiras e para a localização temporal da <b>conquista definitiva do Algarve: 1249</b>.</li> </ul>
<p><b>3. A fixação do território</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação do rei responsável pela conquista definitiva do Algarve em 1249: <b>D. Afonso III</b>.</li> <li>• Alusão ao <b>Tratado de Badajoz</b>, celebrado em <b>1267</b>, que decidiu, de vez, a soberania sobre o Algarve.</li> <li>• Análise do mapa “As fronteiras de Portugal segundo o Tratado de Alcanises” para localização dos territórios concedidos por Portugal ao reino de Leão e Castela (Aroche e Aracena, Valença, Ferreira, Espargal e Aiamonte) e os locais concedidos por Leão e Castela a Portugal (Olivença, Campo Maior, São Félix dos Galegos e Ouguela, Sabugal, Alfaiates, Castelo Rodrigo, Vila Maior, Castelo Bom, Almeida, Castelo Melhor e Monforte).</li> <li>• Relação do Tratado de Alcanises, assinado em 1297, com a <b>fixação definitiva das fronteiras portuguesas</b>, que faz de Portugal o país europeu com as fronteiras mais antigas e estáveis.</li> </ul>
<p><b>4. País rural e senhorial</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise da iluminura de D. Afonso X, <i>o Sábio</i> (1221-1284) rodeado pelos seus cortesãos, de forma a perceber-se a criação de uma rede de vassallos fiéis. De igual modo, se estruturou a vassalagem na Europa senhorial da Idade Média.</li> <li>• Análise de uma doação de D. Dinis a João Afonso, seu filho bastardo (1313), constatando-se que a origem dos senhorios resultava de frequentes <b>doações régias</b>.</li> <li>• Alusão a outra origem dos senhorios: <b>direito de presúria</b>.</li> </ul>

<p><b>5. País rural e senhorial</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Referência à organização económico-social de Portugal dos séculos XII e XIII: <b>os senhorios compunham o país rural</b> enquanto <b>os concelhos impulsionavam o país urbano</b>.</li> <li>• Localização dos senhorios laicos e eclesiásticos no território português: senhorios laicos situavam-se, predominantemente, na região do Norte atlântico e os senhorios eclesiásticos, embora também pontuassem o Norte atlântico, os de maior dimensão situavam-se no Centro e Sul, onde o esforço da Reconquista foi maior.</li> <li>• Localização das cidades e concelhos de Portugal medieval para identificação dos principais centros urbanos (apenas as sedes de bispado mereciam a designação de cidade: Porto, Lisboa, Coimbra, Lamego, Guarda, Braga, Évora, Silves e Viseu) e da predominância de vilas e cidades concelhias (concelhos perfeitos ou urbanos) na Beira Interior, na Estremadura e no Alentejo, resultantes da necessidade de atrair povoadores para estas regiões.</li> </ul>
<p><b>6. País rural e senhorial</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relação da localização geográfica dos senhorios no território português com o processo de Reconquista, destacando a predominância dos senhorios na posse dos monges cavaleiros das <b>ordens religioso-militares</b> dos Templários, dos Hospitalários, de Calatrava e de Santiago de Espada.</li> <li>• Identificação da tipologia de senhorios consoante os seus detentores: honras (nobreza), coutos (clero) e reguengos (rei).</li> </ul>
<p><b>7. País rural e senhorial</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Observação da Torre de Ucanha, em Tarouca, para constatação da detenção do poder senhorial por parte do abade do Mosteiro Cisterciense de Salzedas, que lhe permitia receber muitos tributos, como as peagens e portagens.</li> <li>• Referência aos <b>poderes económicos</b> ou <b>dominiais</b> (cobrança de rendas e serviços sobre a exploração da terra).</li> <li>• Análise do quadro “direitos senhoriais” para constatação da variedade de pagamentos exigidos às populações, traduzindo os seus privilégios, nomeadamente de comando militar, coação fiscal e punição judicial.</li> <li>• Reconhecimento da considerável perda de poderes por parte da realeza perante o exercício do poder público pelos nobres, que deixaram de o exercer em nome do rei, usurpando a este os seus direitos (ex.: fossadeira, fossado, voz e coima).</li> </ul>
<p><b>8. País rural e senhorial</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Observação da igreja do Mosteiro de São João de Tarouca para identificação pela presença de um mosteiro (ordem de Cister) da existência de um <b>senhorio eclesiástico dotado de imunidade</b> atribuída por carta de couto.</li> <li>• Referência, a partir do Túmulo de D. Pedro Afonso, da atribuição do poder público a um nobre, neste caso, um bastardo de D. Dinis, cujo património fundiário era bastante avultado.</li> <li>• Alusão a outras formas de obtenção do privilégio de imunidade: amádigo e criação abusiva de <b>honras</b> em terras da nobreza sem esse privilégio, ou em bens reguengos ou de herdeiros.</li> </ul>
<p><b>9. País rural e senhorial</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Observação do esquema-tipo de um domínio senhorial no Ocidente medieval para identificação e distinção <b>das partes componentes do domínio senhorial</b>: reserva (quintã ou granja) e mansos (casais ou vilares).</li> <li>• Referência aos direitos económicos ou dominiais provenientes da exploração do solo arrendado: rendas (fixas ou fração das colheitas) e serviços gratuitos e obrigatórios (jeiras ou corveias).</li> <li>• Relação da <b>expansão do poder senhorial</b> com a degradação das comunidades rurais dependentes, nomeadamente com a imposição de prestações senhoriais aos herdeiros, encurtamento da duração dos contratos de arrendamento ou aforamento, celebrados entre os senhores e os colonos (caseiros), a sobrecarga de jeiras sobre os servos e a inferior condição social e económica dos escravos e também dos assalariados.</li> </ul>
<p><b>10. País urbano e concelho</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise do mapa “Itinerância da corte no reinado de D. Dinis (1279-1325)” para constatação de que a presença da corte régia contribuiu para transformar alguns agregados populacionais em núcleos urbanos de maior importância e dimensão: Lisboa, Santarém, Coimbra, Guarda e Évora.</li> <li>• Alusão à integração de <b>urbes moçárabes</b> durante a Reconquista: Coimbra, Santarém, Lisboa e Évora.</li> <li>• Referência à instituição de <b>concelhos perfeitos</b> ou urbanos através de uma carta de foral concedida pelo rei ou por um senhor laico ou eclesiástico.</li> <li>• Análise do quadro “Área amuralhada e população de cidades e vilas concelhias em fins do século XIV” para constatação de que as dimensões geográfica e demográfica dos centros urbanos não eram fatores decisivos para ser cidade. Era necessário acolher permanentemente um bispo (sede episcopal) e possuir Sé Catedral: Lisboa, Évora, Porto, Braga, Viseu, Silves, Coimbra, Lamego e Guarda.</li> <li>• Relação do <b>ressurgimento comercial</b> favorável ao <b>desenvolvimento urbano</b> ocorrido na Europa a partir do século XII, com o desenvolvimento das cidades portuguesas, situadas no eixo sul: Guimarães, Porto, Coimbra, Santarém, Lisboa e Évora.</li> <li>• Relação do novo grupo socioprofissional – <b>os mesteirais</b> – com os ofícios ou mesteres artesanais urbanos.</li> </ul>

<p><b>11. País urbano e concelho</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relação da <b>instituição de concelhos</b> (rurais ou urbanos) com a concessão de uma <b>Carta de Foral</b>, que estabelecia as regras e os direitos dos moradores (vizinhos) desse concelho.</li> <li>• Leitura e análise do excerto do primeiro foral de Lisboa (1179), para identificação do detentor do senhorio (rei D. Afonso Henriques); dos direitos que o senhor possuía (ex. impostos) e dos direitos por ele concedidos aos moradores de Lisboa (ex.: segurança e redução ou isenção tributárias).</li> <li>• Constatação, a partir da observação do <b>selo</b> do concelho de Lisboa, com a representação de um barco, das principais atividades económicas dos seus moradores: piscatórias e mercantis.</li> <li>• Alusão à <b>autonomia administrativa</b> da povoação expressa no selo concelhio que validava os seus documentos.</li> </ul>
<p><b>12. País urbano e concelho</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constatação na gravura da cidade do Porto de uma <b>cintura de muralhas</b> (muralhas fernandinas, séc. XIV) a cercar a cidade, e da localização dos campos no arrabalde (extramuros).</li> <li>• Localização na planta medieval da cidade do Porto de duas zonas distintas: a zona alta (núcleo central, onde se situavam a Sé catedral, o Paço episcopal e os Paços do Concelho, chamada Casa da Câmara e o Pelourinho), e a zona baixa ou Ribeira.</li> <li>• Referência aos outros espaços citadinos: o <b>arrabalde</b> e o <b>termo</b>.</li> <li>• Localização das albergarias, hospitais e conventos das ordens mendicantes (Franciscanos e Dominicanos) nos arrabaldes até ficarem cercados pela nova cintura de muralhas no século XIV.</li> <li>• Localização das leprosas (ex.: Gafaria de S. Lázaro) também no arrabalde.</li> <li>• Identificação de minorias étnico-religiosas na cidade, nomeadamente os judeus, atesta o dinamismo económico do burgo portuense. As judiarias – situadas no arrabalde mas, no caso da cidade do Porto, duas encontram-se dentro de muros, revelando tolerância religiosa até 1496.</li> <li>• Reconhecimento da topografia desordenada e labiríntica do urbanismo medieval.</li> <li>• Constatação da <b>compartmentação socioprofissional</b> de ofícios e mesteres presente na toponímia portuense (Rua dos Mercadores, Rua dos Caldeireiros, etc.).</li> <li>• Constatação da abertura da Rua Nova, de grande impacto socioeconómico na cidade e no urbanismo medieval.</li> </ul>
<p><b>13. País urbano e concelho</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relação do Pelourinho e da <i>Domus Municipalis</i> de Bragança com a autonomia concelhia.</li> <li>• Identificação do <b>Pelourinho</b> à administração da justiça, nomeadamente de penas corporais</li> <li>• Referência, a partir <i>Domus Municipalis</i> de Bragança, à composição e função da assembleia de vizinhos.</li> <li>• Análise da síntese esquemática “composição da sociedade concelhia” para identificação dos responsáveis pela administração do concelho: os <b>vizinhos</b>, que compreendiam os <b>cavaleiros-vilãos</b> (homens-bons) e os <b>peões</b>.</li> <li>• Reconhecimento da exclusão de vários habitantes dos concelhos nessa categoria, nomeadamente nobres e clérigos, mulheres (exceto as viúvas), servos, escravos e minorias étnico-religiosas.</li> <li>• Constatação das diferenças socioeconómicas existentes entre os cavaleiros-vilãos e os peões, promotoras de crescentes desigualdades políticas.</li> </ul>
<p><b>14. País urbano e concelho</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise da síntese esquemática “Administração Concelhia” para constatação da existência de dois órgãos de poder concelhio: assembleia dos Vizinhos e Magistrados.</li> <li>• Referência às funções deliberativas da <b>assembleia dos Vizinhos</b>.</li> <li>• Reconhecimento da preeminência política dos homens-bons na administração concelhia.</li> <li>• Identificação, a partir da síntese esquemática, dos magistrados escolhidos pela Assembleia dos vizinhos e dos magistrados escolhidos pelo rei.</li> <li>• Alusão à afirmação das elites concelhias, através da fortuna que possuíam, da elevação jurídica a cavaleiros (cavaleiros-vilãos), da monopolização das magistraturas municipais e da representação concelhia nas Cortes.</li> </ul>
<p><b>15. Poder régio</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Observação de uma iluminura francesa do século XII para inferir uma das <b>competências régias: chefia militar</b> na guerra contra os inimigos externos.</li> <li>• Relação da fundamentação da <b>doutrina de direito divino</b> com o papel assumido pelo rei de órgão máximo do poder público.</li> <li>• Análise da síntese esquemática “Relações de vassalagem na Monarquia Feudal” para constatar o enfraquecimento das monarquias europeias (ex.: na França) devido à fragmentação do poder real nas mãos de nobres poderosos, facto que não ocorreu em Portugal, onde <b>o rei era o único e verdadeiro senhor feudal</b>, para quem convergiram diretamente todas as dependências vassálicas.</li> <li>• Relação do <b>fortalecimento do poder régio</b> com a centralização das funções que cabiam em exclusivo à realeza.</li> </ul>






<p><b>16. Poder régio</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação, através da observação do “Livro das Inquirições de D. Afonso II” e da iluminura, das medidas de combate à expansão senhorial dos séculos XIII e XIV: <b>Inquirições, Confirmações e Leis de Desamortização</b>.</li> <li>• Alusão à intervenção régia nos concelhos, onde se fazia representar através de funcionários régios, a fim de zelar pelos seus direitos e promover o bem público, eliminando abusos e arbitrariedades do poder local.</li> <li>• Constatação da evolução da monarquia feudal portuguesa para uma monarquia centralizada, sendo o rei o intérprete do poder público.</li> <li>• Relação da promoção política das elites urbanas com a necessidade combater o poder senhorial e recuperar o poder real.</li> <li>• Análise do mapa “Divisão administrativa do reino em comarcas” para identificação da nova organização administrativa, criada por D. Afonso III, nas regiões sob a dependência direta da Coroa, a fim de combater eventuais abusos e ameaças aos direitos régios (dominiais, militares, fiscais e judiciais).</li> </ul>
<p><b>17. Poder régio</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise da síntese esquemática “Administração central” para identificação dos altos funcionários e assembleias que compunham a administração central.</li> <li>• Referência às funções dos altos funcionários (alferes-mor, mordomo-mor e chanceler) e das assembleias (Cúria Régia, reuniões ordinárias e extraordinárias, que a partir do século XIII, a <b>Cúria Régia</b> ordinária dá lugar ao Conselho Régio, às Cortes e Tribunais Superiores).</li> <li>• Referência à qualidade ordinária do <b>Conselho Régio</b> e extraordinária das Cortes e às funções judiciais dos Tribunais Superiores.</li> <li>• Alusão ao papel desempenhado pelos leigos no Conselho Régio.</li> <li>• Observação dos painéis a óleo de J. Martins Barata Cortes de Leiria (1254) para identificação das primeiras Cortes em Portugal: Leiria, 1254.</li> <li>• Reconhecimento da dimensão nacional das Cortes, pela presença nestas reuniões dos representantes do clero, da nobreza e do povo (procuradores dos concelhos) sob a égide do rei.</li> </ul>
<p><b>18. Questões</b></p> 	<p><b>Tópicos de respostas</b></p> <p>A resposta deve colocar a tónica em:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. 1143 – Tratado de Zamora: Afonso VII de Leão e Castela reconhece a independência do reino de Portugal; 1179 – Bula <i>Manifestis Probatum</i>: Papa Alexandre III confirma a independência de Portugal.</li> <li>2. Nos senhorios, o senhor usufruía de poder senhorial que implicava cumulativamente a detenção de poderes económicos ou dominiais (poderes sobre a terra fundiária) e o desempenho de poderes políticos ou públicos sobre os habitantes do senhorio.</li> <li>3. Para além dos poderes dominiais, o poder senhorial implicava a detenção de poderes públicos, que se traduziram nos privilégios de comando militar, punição judicial e coação fiscal e ainda do direito de imunidade.</li> <li>4. O exercício do poder senhorial conduziu a um notável enfraquecimento do poder régio, uma vez que os senhores, dotados de privilégios e imunidade, impediam a entrada dos funcionários régios nos senhorios para neles exercer as funções militares, judiciais e fiscais que competiam ao rei, na sua qualidade de senhor supremo do Reino.</li> <li>5. A sociedade concelhia era composta pelos vizinhos, que se dividiam em cavaleiros-vilãos, comumente chamados homens-bons, e peões. Dos vizinhos, excluía-se nobres e clérigos (a não ser que abdicassem dos seus privilégios e se submetessem às leis comuns), as mulheres (exceto as viúvas), as minorias étnico-religiosas, os forasteiros, os servos e os escravos. Os homens-bons constituíam a elite social do concelho devido à riqueza e bens que possuíam, à elevação jurídica a cavaleiros-vilãos (pelo seu papel fundamental na Reconquista e defesa do território), ao exclusivo do poder político local (eram os únicos a ocupar as magistraturas municipais) e da representação, como procuradores, nas Cortes. Os peões (pequenos mercadores, mestrais e assalariados) eram o estrato social inferior ao dos cavaleiros-vilãos.</li> <li>6. Num reino composto de senhorios e concelhos, o poder régio contribuiu para a coesão interna do Reino e identidade nacional ao desempenhar o papel de órgão máximo do poder público (ao rei competia as altas funções militares, judiciais, legislativas e fiscais), que se traduziu numa administração central mais rigorosa, assegurando os direitos e a suprema jurisdição da Coroa sobre todo o território nacional, respeitando, contudo, os particularismos senhoriais e concelhios.</li> </ol>







## Conteúdos a desenvolver:

**Módulo 2** O Dinamismo Civilizacional da Europa Ocidental nos Séculos XIII a XIV – Espaços, Poderes e Vivências

**Unidade 3** Valores, vivências e quotidiano

**3.1.** A experiência urbana

Slides	Exploração didática
<p><b>1. As primeiras universidades</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reflexão sobre o papel das universidades no mundo atual.</li> <li>• Análise da imagem, identificando-a com um grupo de alunos universitários.</li> <li>• Levantamento de questões ordenadoras:             <ul style="list-style-type: none"> <li>– Que fatores terão concorrido para o nascimento das universidades?</li> <li>– Como se organizavam estas instituições?</li> <li>– Como era a vida de estudante?</li> <li>– Qual a relação entre as universidades medievais e as universidades dos nossos dias?</li> </ul> </li> </ul>
<p><b>2. As escolas monacais</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Breve recapitulação do papel desempenhado pela Igreja nos séculos que se seguiram ao fim do Império Romano.</li> <li>• Observação das imagens e descrição da atividade dos monges copistas.</li> </ul>
<p><b>3. As escolas urbanas</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recurso aos conhecimentos adquiridos na subunidade 1.2.2 “O renascimento das cidades e a dinamização das trocas” para explicitação de dois dos fatores que impulsionaram o nascimento das universidades, nomeadamente o renascimento da economia urbana/ monetária e as necessidades crescentes de um funcionalismo letrado, por parte do poder central.</li> <li>• Análise da fonte escrita, distinguindo “burgo” e “cidade”, termo reservado, na Idade Média, às sedes de diocese.</li> <li>• Ligação da maioria das escolas urbanas à Igreja: em 1179, o III Concílio de Latrão obriga os bispos a ampliar as escolas catedralícias e a dotá-las com as verbas necessárias à gratuidade do ensino.</li> <li>• Associação das primeiras universidades às corporações cidadinas, neste caso, uma corporação ligada ao ofício do saber.</li> <li>• Explicitação da origem do termo “universidade”.</li> </ul>
<p><b>4. Privilégios</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise dos dois documentos escritos:             <ul style="list-style-type: none"> <li>– discriminação dos privilégios neles consignados;</li> <li>– referência às frequentes disputas entre os estudantes e os burgueses, como a que levou à grande greve de 1229, que paralisou a Universidade de Paris durante cerca de dois anos.</li> </ul> </li> <li>• Chamada de atenção para as diferentes origens dos alunos que afluíam às universidades mais reputadas, numa verdadeira <i>peregrinatio academica</i>.</li> <li>• Constatação do apoio dado por Bolonha à sua universidade, considerada um fator de prestígio citadino (recurso aos conhecimentos adquiridos sobre as comunas, na unidade 1.1.1 deste Módulo)</li> </ul>
<p><b>5. Faculdades, currículo e títulos académicos</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise do esquema curricular, destacando:             <ul style="list-style-type: none"> <li>– a organização em faculdades, que persiste até aos nossos dias;</li> <li>– o ensino tendo por base a faculdade de Artes, dedicada ao estudo das Sete Artes Liberais, as sete disciplinas cujo domínio permitiria o entendimento do mundo e a produção de ideias novas (por oposição às Artes Mecânicas, próprias do trabalhador braçal);</li> <li>– a valorização do curso de Teologia e sua justificação, no contexto da sociedade e cultura medievais;</li> <li>– a fama adquirida por algumas academias num dos três cursos, como é o caso de Paris, para o ensino da Teologia, Bolonha, no ensino do Direito e Montpellier, no caso da Medicina</li> </ul> </li> <li>• Observação da iluminura que enquadra a letra capital “P” da <i>Geometria</i> de Euclides, referindo:             <ul style="list-style-type: none"> <li>– a frequência exclusiva da universidade por homens, pelo que a mulher que atua como professora deverá representar a personificação da própria Geometria;</li> <li>– os instrumentos de trabalho representados – compasso e esquadro;</li> <li>– Euclides como uma das “autoridades” greco-latinas adotadas pela escolástica medieval</li> </ul> </li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discriminação dos títulos académicos conferidos pelas universidades, a partir do século XIII, salientando: <ul style="list-style-type: none"> <li>– a persistência dos mesmos graus até aos nossos dias;</li> <li>– o significado do termo “licenciado” – aquele que recebia a <i>licentia docendi</i>, a licença de, por sua vez, ensinar;</li> <li>– o paralelismo entre a hierarquia universitária (bacharel, licenciado, doutor) e a hierarquia das corporações de ofícios (aprendiz, companheiro, mestre);</li> <li>– a ligação, pela primeira vez na História, de um saber intelectual específico e reconhecido socialmente a um título académico.</li> </ul> </li> </ul>
<p><b>6. As aulas</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Leitura do texto informativo e observação da imagem, destacando: <ul style="list-style-type: none"> <li>– o professor na sua cátedra;</li> <li>– o papel das “autoridades” na escolástica medieval;</li> <li>– o latim como língua comum (origem do nome do célebre bairro estudantil de Paris, onde se instalou a universidade – Quartier Latin);</li> <li>– a sala repleta de alunos;</li> <li>– a atitude desatenta e displicente de alguns estudantes.</li> </ul> </li> <li>• Análise do documento “Carta de um pai a um filho estudante”.</li> <li>• Comparação passado-presente: em que diferem as aulas dos nossos dias das aulas da Idade Média?</li> </ul>
<p><b>7. O alojamento</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Continuação da comparação passado-presente através da análise da fonte escrita (nota: segundo o autor da obra citada, a grande maioria das cartas enviadas pelos estudantes da Idade Média aos seus pais ou patronos tinha por finalidade o pedido de dinheiro).</li> <li>• Explicitação da última frase do texto com a referência aos três deuses da mitologia clássica.</li> </ul>
<p><b>8. Os livros</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Retorno à imagem do slide 6, realçando, desta vez, os muitos livros que se veem em cima das mesas.</li> <li>• Leitura do pequeno excerto dos Estatutos da Cidade de Bolonha, explicitando o significado de “exemplar”, livro aprovado como livro de cópia por um júri de doutores, a partir do qual o <i>librarius</i> (livreiro) deveria diligenciar as cópias a adquirir pelos alunos.</li> <li>• Referência à atividade de copista (a soldo do <i>librarius</i>) exercida por alguns alunos, como forma de conseguirem um rendimento que lhes permitisse custear os estudos.</li> <li>• Observação das duas páginas da época, distinguindo as suas características.</li> </ul>
<p><b>9. Os livros</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise das fontes iconográficas (armário e páginas dos livros) e da fonte escrita, realçando semelhanças e diferenças com o presente.</li> <li>• Nos mosteiros, o <i>armarius</i> era o nicho onde se guardavam os livros, no <i>scriptorium</i>. O termo estendia-se ao monge responsável pela sua conservação.</li> <li>• O <i>Tratado de Ciência Natural</i>, cuja página se apresenta, pertenceu à Universidade de Oxford. É um manual universitário típico, fácil de transportar, escrito com letra de pequenas dimensões e quase sem decoração.</li> <li>• Exploração, em TPC, do Dossiê <i>Os livros na Idade Média</i>, incluído nas págs. 138-140 do manual.</li> </ul>
<p><b>10. As universidades medievais</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Observação do mapa, realçando: <ul style="list-style-type: none"> <li>– a disseminação progressiva das universidades pela Europa;</li> <li>– os séculos que correspondem a este processo histórico;</li> <li>– a especialização de algumas universidades, como referido na análise do slide 5;</li> <li>– a fundação da primeira universidade portuguesa por D. Dinis.</li> </ul> </li> <li>• Análise do Doc. 13 sobre a fundação da Universidade de Lisboa.</li> <li>• Leitura e comentário dos quatro tópicos.</li> </ul>
<p><b>11. Questões</b></p> 	<p><b>Tópicos de respostas</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Séculos XII, XIII e XIV.</li> <li>2.– O renascimento urbano e a paralela proliferação de escolas catedrais, patrocinadas pelos bispos. <ul style="list-style-type: none"> <li>– A necessidade de agentes económicos letrados, fruto da complexificação dos negócios que acompanhou o renascimento da economia monetária.</li> <li>– A procura crescente de um funcionalismo bem preparado para a administração central.</li> <li>– A proteção dada pelo poder público – Papa, reis, comunas – à corporação universitária.</li> </ul> </li> <li>3. D. Dinis.</li> </ol>

# Powerpoint 5 O Manuelino, uma arte de síntese








## Conteúdos a desenvolver:






**Módulo 3** A abertura europeia ao mundo - mutações nos conhecimentos, sensibilidades e valores nos séculos XV e XVI

**Unidade 3** A produção cultural

**3.3.** A reivindicação das formas artísticas – imitação e superação dos modelos da Antiguidade

**3.3.4.** A Arte em Portugal: o gótico-manuelino e a afirmação de novas tendências renascentistas

Slides	Exploração didática
<p><b>1. O Manuelino, uma arte de síntese</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Associação do conjunto da imagem de fundo (pormenor de uma janela do Claustro Real do Mosteiro da Batalha) ao Manuelino:             <ul style="list-style-type: none"> <li>– esfera armilar;</li> <li>– motivos naturalistas;</li> <li>– elementos marítimos.</li> </ul> </li> <li>• Levantamento de questões orientadoras:             <ul style="list-style-type: none"> <li>– Quando e onde surgiu o Manuelino?</li> <li>– Quais as principais características do Manuelino?</li> <li>– Qual a originalidade do Manuelino?</li> <li>– Quais as influências estéticas presentes no Manuelino?</li> <li>– Qual a relação entre o Manuelino e o contexto português da época?</li> <li>– Em que tipologia de edifícios se fez sentir o Manuelino?</li> </ul> </li> </ul>
<p><b>2. Origem do Manuelino</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relação do Manuelino com o mecenato e a contemporaneidade do rei D. Manuel I de Portugal.</li> <li>• Reconhecimento das armas heráldicas de D. Manuel I presentes na gramática decorativa manuelina como símbolo da autoridade régia.</li> <li>• Análise do <i>Fons Vitae</i> representando o rei D. Manuel e a sua segunda esposa, D. Maria de Aragão e Castela, bem como os filhos nascidos desse casamento, para salientar o papel daquele monarca na empresa expansionista.</li> </ul>
<p><b>3. O que é o Manuelino?</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise do documento historiográfico, da autoria do historiador francês Jean Delumeau, para constatar a especificidade da arte portuguesa Quinhentista, relacionando-a com a Expansão Marítima dos Portugueses.</li> <li>• Referência ao carácter híbrido, ou de síntese, do Manuelino.</li> <li>• Alusão a um elemento escultórico simbólico presente no Convento de Cristo em Tomar, representando um cinto e fivela.</li> </ul>
<p><b>4. O que é o Manuelino?</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constatação, no portal manuelino da Capela de S. Miguel da Universidade de Coimbra, da heterogeneidade decorativa do Manuelino.</li> <li>• Reconhecimento e identificação dos diferentes elementos decorativos presentes nesse portal manuelino.</li> <li>• Identificação de dois arquitetos de referência do Manuelino: Marcos Pires e Diogo de Castilho.</li> <li>• Constatação, no mesmo portal, da abundância de arcos utilizados na arquitetura manuelina: polilobado, trilobado e conopial.</li> </ul>
<p><b>5. Características do Manuelino</b> <b>a) Estrutura arquitetónica</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Referência à permanência do estilo gótico na estrutura arquitetónica manuelina.</li> <li>• Identificação da abóbada rebaixada (ou abóbada de combados) e da profusão de arcos como inovações introduzidas no gótico-manuelino.</li> <li>• Alusão, a partir da abóbada da Igreja de Santa Maria de Belém do Mosteiro dos Jerónimos (única, rebaixada e polinervada), ao exemplo tecnicamente mais avançado do programa estrutural-espacial das igrejas-salão.</li> </ul>
<p><b>6. Características do Manuelino</b> <b>a) Estrutura arquitetónica</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecimento do Mosteiro do Jerónimos como a obra-prima da arquitetura religiosa manuelina.</li> <li>• Identificação de dois arquitetos da “segunda geração do Manuelino”: Diogo de Boutaca e João de Castilho.</li> <li>• Análise do portal sul do Mosteiro dos Jerónimos, da autoria de João de Castilho, construído entre 1516 e 1518, para observação do sumptuoso rendilhado de pedra nele inscrito: a figura central é Nossa Senhora de Belém com o Menino, ostentando na mão o vaso das oferendas dos Reis Magos. Ladeando a Virgem, uma multidão de estátuas representa os profetas, os apóstolos, os doutores da Igreja e algumas santas.</li> </ul>
<p><b>7. Características do Manuelino</b> <b>b) Gramática decorativa</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Referência à exuberância de formas naturalistas presentes na gramática decorativa manuelina.</li> <li>• Constatação, no portal manuelino da Câmara Municipal de Olivença (à data uma cidade portuguesa), dos principais elementos decorativos da gramática manuelina.</li> <li>• Análise detalhada daquele Portal para identificação das influências mudéjares, dos elementos vegetalistas e dos símbolos reais e religiosos nele contidos.</li> </ul>

<p><b>8. Características do Manuelino</b> <b>b) Gramática decorativa</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação de outro arquiteto manuelino de referência: Diogo de Arruda, responsável pela remodelação do Convento de Cristo, em Tomar.</li> <li>• Análise da janela ocidental da Casa do Capítulo do Convento de Cristo para constatar o exuberante universo figurativo, onde estão presentes os temas de marinhagem (a madeira, o cordame, as boias, as alcachofras, etc.), as insígnias da Ordem de Cristo (a Cruz heráldica), as insígnias régias (esfera armilar e o brasão do Reino) e outras figurações simbólicas.</li> <li>• Alusão à figura humana presente na parte inferior daquela janela, um suposto autorretrato do próprio Diogo de Arruda.</li> </ul>
<p><b>9. Características do Manuelino</b> <b>c) Arquitetura civil</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Referência à arquitetura civil manuelina através de dois belos exemplares: um palácio, o Paço de D. Manuel, em Évora, e um solar rural, o Solar de Sempre Noiva, em Arraiolos (distrito de Évora).</li> <li>• Alusão ao que resta do núcleo quinhentista do Palácio de D. Manuel, a chamada “Galeria das Damas”, datada de c. 1510.</li> <li>• Identificação das influências mouriscas ou mudéjares presentes nestas construções manuelinas: janelas com arco mainelado em ferradura, envolvido por conopial ultrapassado, e capitéis naturalistas.</li> </ul>
<p><b>10. Características do Manuelino</b> <b>c) Arquitetura civil/militar</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação da Torre de Belém como o edifício mais emblemático da arquitetura militar do Manuelino.</li> <li>• Referência ao Baluarte do Restelo, a Torre de Belém, como um dos primeiros baluartes de artilharia do país, projetado à época de D. João II, para defender a entrada do Tejo.</li> <li>• Constatação, na Torre de Belém, da gramática decorativa manuelina, com as cordas que envolvem o edifício, as esferas armilares e as cruzes da Ordem Militar de Cristo nas suas ameias, assim como os elementos naturalistas.</li> <li>• Reconhecimento, na Torre, das influências islâmicas e orientais em alguns dos seus elementos decorativos, sendo as cúpulas de gomos que cobrem as guaritas um dos exemplos orientais mais significativos.</li> <li>• Análise da janela manuelina do Castelo de Belmonte, para constatar que se trata de uma típica janela mainelada de arcos trilobados, enquadrada por duplo arco conopial rematado pelas armas dos Cabral: duas Cabras (Cabrais) e seis ruelas (Castros), simbolizando a união de João Cabral Fernandes com D. Joana Coutinho de Castro.</li> </ul>
<p><b>11. O Manuelino nas ilhas atlânticas</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constatação, a partir da Sé Catedral do Funchal (Madeira) e da Igreja de S. Sebastião, em Ponta Delgada (Açores), da aplicação da gramática manuelina naquelas ilhas atlânticas.</li> <li>• Breve explanação do Retábulo do altar-mor da Sé Catedral do Funchal: composto por cinco corpos cobertos, na parte superior, por um sobrecéu decorado com um fino rendilhado de talha e onde estão as armas reais e as esferas armilares. Os doze painéis que compõem o políptico do retábulo estão divididos em três fiadas de quatro painéis cada, sendo a fiada superior a da Paixão de Cristo, a do meio a da Vida da Virgem Maria e a de baixo a da Eucaristia.</li> <li>• Alusão à construção da Igreja Matriz de S. Sebastião entre 1531 e 1547, num esforço da população, para homenagear o Santo pelo milagre de pôr fim à Peste que assolou a cidade entre 1523 e 1531.</li> <li>• Análise da fachada principal da Igreja Matriz de S. Sebastião, em Ponta Delgada, onde se destacam as armas reais e o escudo com as setas do martírio de S. Sebastião. O portal é demarcado por duas elegantes pilastras. O arco abatido assenta em colunelos entrelaçados, formando nicho central ladeado por anjos alados, seguidos de armas reais. Um arco trilobado, com o lóbulo central de forma conopial e derivações radiantes, termina esta composição.</li> <li>• Referência à existência no mesmo templo de dois outros portais manuelinos: o portal sul, em largo arco abatido, onde sobressaem dois medalhões, unidos por arco conopial. A porta geminada, separada por coluna torsa, é rematada por arcos de volta perfeita. O portal é delimitado por duas finas pilastras. O portal norte, em negra pedra vulcânica, apresenta linhas mais sóbrias: porta envolta por três colunelos com um arco trilobado marcando o extradorso e um arco conopial rebaixado no intradorso. Neste portal, o remate é, igualmente, realizado por radiais cogulhadas.</li> </ul>
<p><b>12. Questões</b></p> 	<p><b>Tópicos de respostas</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Finais do século XV e primeiro quartel do século XVI, em Portugal.</li> <li>2. O Manuelino é considerado uma arte de síntese por ser um estilo onde se fundem vários subestilos (desde o plateresco e mudéjar hispânicos ao gótico final flamejante), associados a uma gramática decorativa original que apenas se encontra em Portugal.</li> <li>3. Profusão de arcos OU abóbada rebaixada e única a cobrir as naves.</li> <li>4. Elementos naturalistas (vegetalistas e marinhos), heráldica régia e simbologia cristã.</li> <li>5. A indicar pelo aluno...</li> </ol>






## Conteúdos a desenvolver:

**Módulo 3** A Abertura Europeia ao Mundo – Mutações nos Conhecimentos, Sensibilidades e Valores nos Séculos XV e XVI

**Unidade 4** A renovação da espiritualidade e da religiosidade

**4.1.** A Reforma Protestante

**4.2.** Contrarreforma e Reforma Católica

Slides	Exploração didática
<p><b>1. A divisão da Cristandade no século XVI</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Associação das imagens à divisão da Cristandade no século XVI:                     <ul style="list-style-type: none"> <li>– mapa da Europa religiosa na segunda metade do século XVI;</li> <li>– principais reformadores protestantes;</li> <li>– Concílio de Trento;</li> <li>– Auto de fé.</li> </ul> </li> <li>• Levantamento de questões orientadoras:                     <ul style="list-style-type: none"> <li>– Que fatores contribuíram para a crise da Cristandade?</li> <li>– Quando, onde e porquê ocorreu a Reforma Protestante?</li> <li>– Quais foram os principais reformadores protestantes?</li> <li>– Quais os princípios doutrinários das igrejas protestantes ou reformadas?</li> <li>– Qual o contributo da imprensa para a expansão do protestantismo?</li> <li>– Quais as regiões da Europa de maior expansão do protestantismo?</li> <li>– Que países europeus permaneceram fiéis ao catolicismo?</li> <li>– Como se materializou a resposta da Igreja Católica ao protestantismo?</li> <li>– Qual o papel das novas ordens religiosas surgidas no contexto da Contrarreforma?</li> <li>– Quais os instrumentos repressivos da Contrarreforma?</li> <li>– Qual o impacto cultural da Contrarreforma?</li> </ul> </li> </ul>
<p><b>2. Crise da Cristandade</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relação da trilogia negra da Idade Média com a representação da morte que avivou nas pessoas a noção de que a vida é frágil e efémera, e que as glórias da vida terrena são passageiras.</li> <li>• Reconhecimento do Grande Cisma do Ocidente, ocorrido entre 1378 e 1417, que consistiu na existência, em simultâneo, de dois papas disputando a chefia da Igreja Católica, um sediado em Avinhão e outro em Roma.</li> <li>• Análise do mapa das principais heresias medievais para constatação da existência de vários movimentos heréticos anteriores à Reforma contrários à ortodoxia católica: cátaros (Bogomilo da Trácia), hussitas (Jan Huss), lollardos (Jonh Wiclif) e valdenses (Pedro Valdo).</li> </ul>
<p><b>3. Crise da Cristandade</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise da pintura <i>A Nave dos Loucos</i>, de Hieronymus Bosch, para constatação dos comportamentos de devassidão e profanidade presentes em todos os grupos sociais, incluindo o clero: na embarcação, come-se, bebe-se, toca-se música.</li> <li>• Identificação do Papa do início da Reforma Protestante e o último Papa da Cristandade ocidental unida: Leão X. Este Papa do Renascimento, filho de Lourenço de Médicis, nomeado cardeal aos 14 anos e Papa aos 38, atesta o poderio temporal do Vaticano e o luxo da sua corte. Autorizou a escandalosa venda de indulgências, na Alemanha, para prosseguir as obras da Basílica de São Pedro do Vaticano.</li> </ul>
<p><b>4. Crise da Cristandade</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação na iluminura <i>Os flagelantes em Doornik</i> de uma prática religiosa fanática (condenada pela Igreja Católica) que ganhou adeptos aquando da Peste Negra: as procissões de flagelantes. Os flagelantes recusavam a necessidade dos sacramentos e apenas admitiam a flagelação do próprio corpo como forma de purificação do ser humano.</li> <li>• Análise do <i>Retrato de homem jovem a rezar</i>, de Hans Memling, para constatação de novas formas de piedade religiosa, mais individual e de ligação direta com Deus. A <i>Devotio Moderna</i> foi um meio de reagir à crise da Igreja pelo despreendimento da materialidade, tendo por base a mística e espiritualidade internas do homem comum.</li> <li>• Alusão a outras formas de contestação à Igreja: as heresias.</li> </ul>
<p><b>5. Crise da Cristandade</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação do fundador do movimento herético hussita: Jan Huss, reitor da Universidade de Praga. Inspirado nas ideias de John Wycliff, defendia a autoridade da Bíblia e a comunhão do pão e do vinho por todos os fiéis. As posições contra a venda das indulgências e demais críticas contra a Igreja levaram-no a ser acusado de heresia e condenado à morte.</li> <li>• Identificação do principal humanista que apelou a uma Reforma dentro da Igreja e do papado: Erasmo de Roterdão. Criticou abertamente o Papa e o clero corrupto e defendeu o retorno aos valores originais do Cristianismo, mas posicionou-se contra a Reforma Protestante.</li> </ul>

<p><b>6. A Reforma Protestante</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relação da <i>Questão das Indulgências</i> com a Reforma Protestante.</li> <li>• Identificação do iniciador da Reforma Protestante: Martinho Lutero, frade agostinho que contestou o tráfico das indulgências, muito divulgado na Alemanha.</li> <li>• Análise do excerto das “95 teses contra as Indulgências” de Martinho Lutero para constatação da sua clara oposição à venda das indulgências e negação do seu valor para a salvação, acusando o Papa de explorar os “pobres fiéis” para prosseguir a construção da Basílica de São Pedro do Vaticano.</li> </ul>
<p><b>7. O luteranismo</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação do fundador do luteranismo: Martinho Lutero.</li> <li>• Reconhecimento da rutura teológica com a <i>Confissão de Ausburgo</i> (credo protestante redigido por Philipp Melancon).</li> <li>• Observação da gravura <i>As sete cabeças de Lutero</i> para constatar que, para a Igreja Católica, Martinho Lutero é o “Anticristo” por ter desencadeado a Reforma protestante. (Obs. Lutero, por sua vez, dirige-se ao Papa como o “Anticristo”).</li> <li>• Referência aos principais princípios doutrinários do Luteranismo.</li> </ul>
<p><b>8. O luteranismo</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecimento, a partir da Bíblia de Lutero, do papel da imprensa para a Reforma Protestante, nomeadamente na expansão dos escritos de Lutero e da Bíblia traduzida.</li> <li>• Constatação da Bíblia como única fonte de fé e autoridade doutrinal, pelo que a sua tradução aproxima os fiéis de Deus.</li> <li>• Constatação, na obra <i>A pregação de Lutero</i> de Lucas Cranach, da primazia da Palavra sobre o rito, sustentada pelos reformadores.</li> <li>• Alusão a outras igrejas protestantes ou reformadas: o calvinismo (Suíça) e o anglicanismo (Inglaterra).</li> </ul>
<p><b>9. O calvinismo</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação do fundador do Calvinismo surgido em Genebra no ano 1536: João Calvino.</li> <li>• Referência ao radicalismo calvinista presente na defesa da predestinação absoluta.</li> <li>• Comparação das doutrinas calvinista e luterana para constatar a existência de muitas semelhanças e de poucas diferenças entre elas.</li> </ul>
<p><b>10. O anglicanismo</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação do fundador do Anglicanismo: rei Henrique VIII.</li> <li>• Associação do <i>Ato de Supremacia</i> (1534) à criação de uma igreja nacional em Inglaterra.</li> <li>• Referência à consolidação do Anglicanismo com Isabel I, em 1563.</li> <li>• Constatação do Anglicanismo como um compromisso entre o calvinismo e o catolicismo.</li> </ul>
<p><b>11. Contrarreforma e Reforma Católica</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constatação, a partir do quadro <i>A Matança de S. Bartolomeu</i>, de François Dubois, da difícil convivência religiosa no século XVI, marcada por perseguições entre católicos e protestantes e mesmo entre as igrejas reformadas.</li> <li>• Reconhecimento, a partir do fresco <i>O Juízo Final</i>, de Miguel Ângelo, da consolidação da rutura/divisão do Cristianismo no século XVI.</li> <li>• Alusão aos dois mecanismos de resposta da Igreja Católica à dissidência protestante: Reforma Católica e Contrarreforma.</li> </ul>
<p><b>12. Contrarreforma e Reforma Católica</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecimento da dificuldade da Igreja Católica em reorganizar-se após a Reforma Protestante.</li> <li>• Identificação do papa que convocou o Concílio de Trento (1545-1563): Papa Paulo III.</li> <li>• Referência às principais decisões do Concílio de Trento, com destaque para a reafirmação da doutrina católica e a reforma disciplinar do clero.</li> <li>• Alusão à criação de seminários para formação dos futuros padres.</li> </ul>
<p><b>13. Combate ideológico</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação, a partir de <i>Os milagres de Santo Inácio</i>, de Peter Paul Rubens, do fundador da Companhia de Jesus: Inácio de Loyola.</li> <li>• Alusão ao proselitismo das novas ordens religiosas: Agostinhos Descalços, Capuchinhos, Carmelitas Descalços e Jesuítas.</li> <li>• Referência, a partir da <i>Pregação de S. Francisco Xavier em Goa</i>, de André Reinoso, das atividades de missão (América, Ásia e África), ensino e pregação (Europa) dos Jesuítas.</li> </ul>
<p><b>14. Combate ideológico</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Referência à reativação do Tribunal do Santo Ofício pelo Papa Paulo III para erradicar o protestantismo.</li> <li>• Reconhecimento da Inquisição como um forte instrumento repressivo da Contrarreforma.</li> <li>• Observação de uma execução das sentenças de morte na cerimónia pública de um Auto de fé, em Lisboa, para constatar a implementação da Inquisição em Portugal.</li> <li>• Reconhecimento, a partir da imagem da polé, do recurso a práticas de tortura durante os interrogatórios inquisitoriais.</li> <li>• Alusão às principais vítimas da Inquisição em Portugal: os cristãos-novos.</li> </ul>

## 15. Combate ideológico



- Observação da capa do *Index Librorum Prohibitorum*, publicada pelo Papa Pio IV em 1564, para inferir um outro instrumento repressivo da Contrarreforma: o Índice.
- Observação da pintura *São Domingos e os Albigenses*, de Pedro Berruguete, para constatação da proibição da leitura de obras perigosas à ortodoxia católica, estimulando os fiéis à sua destruição na fogueira.

## 16. Questões



### Tópicos de respostas

1. Os papas renascentistas não eram modelos de virtudes morais nem de concórdia cristã, envolvidos em lutas pelo poder temporal e ostentando luxuosas cortes. Os prelados, muitas vezes, compravam os seus cargos e viviam rodeados de riquezas. O clero regular era ignorante e relaxado.
2. A *Devotio Moderna* caracteriza-se por uma piedade intimista e individualista que põe o foco na espiritualidade interior e na oração pessoal com Deus.
3. Martinho Lutero.
4. A teoria da predestinação afirma que a salvação dos crentes depende da prévia vontade de Deus.
5. Três princípios do Anglicanismo a escolher entre: salvação OU justificação da alma obtida pela fé e predestinação; exclusividade da Bíblia como fonte de fé; existência de apenas dois sacramentos – Batismo e Eucaristia; sacerdócio universal; negação do culto da Virgem e dos santos; negação da autoridade do Papa (escolher três).
6. Resoluções do Concílio de Trento: condenação do protestantismo; reafirmação dos dogmas e do culto tradicional; reforma interna OU disciplinar da Igreja.
7. A ação da Inquisição caracterizou-se pelo combate e punição de heresias, bruxaria e quaisquer comportamentos contrários ao catolicismo. Recorrendo a denúncias anónimas, aplicava a tortura para obtenção da confissão dos réus e confiscava os bens dos condenados. Estes eram entregues à Justiça civil para que os condenasse à morte. Em Portugal, os principais alvos do Tribunal do Santo Ofício foram os cristãos-novos.
8. Companhia de Jesus.